

MOÇÃO

Para a satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais

Tal como ocorre em todo o país, também nesta freguesia as populações continuam a sofrer as consequências da decisão do governo PSD/CDS-PP de privatizar os CTT em julho de 2013.

Durante décadas, os CTT para além de entregarem todos os anos ao Estado mais de 30 milhões de euros como dividendos, asseguraram obrigações de serviço universal como “a distribuição domiciliária de correio, pelo menos uma vez por dia, todos os dias úteis”. Agora, o atraso na entrega da correspondência passou a ser norma de funcionamento dos CTT.

O que aconteceu aos CTT depois da entrega a privados é uma história que se repete, sempre que se desmantelaram os serviços públicos. Foram alienados os principais edifícios, que eram propriedade do Estado português. Só na venda da sede nacional os novos donos dos CTT encaixaram 25 milhões de euros. E em vez de exercerem a atividade essencial ligada aos serviços postais, muitas estações dos CTT foram encerradas e outras transformadas numa espécie de quiosque, em que os trabalhadores são pressionados a vender livros, jogos de azar e outros produtos. Os novos donos dos CTT focaram-se na criação dum banco para crédito ao consumo e após terem forçado milhares de trabalhadores a sair da empresa, empurraram para as juntas de freguesia ou para estabelecimentos comerciais a atividade postal de receção e levantamento de cartas e encomendas.

Para os acionistas, o negócio está a correr bem. O resultado líquido de 2021 atribuível a detentores de capital foi de 38 milhões de euros, mais 21 milhões que em 2020, e aos acionistas vai ser atribuído este ano um dividendo de 0,12 € por ação. Mas para as pessoas, a privatização dos CTT tem sido um desastre social e económico. Há idosos a receber com atraso os vales postais com as suas pensões e outras pessoas recebem contas para pagar já fora do prazo. Os donos do CTT diminuem os gastos com pessoal na área do correio. Não são contratados os carteiros que fazem falta para um serviço com a qualidade contratualizada. Só na região Norte são necessários mais 200 profissionais, alertam os sindicatos.

Na área composta por esta União de Freguesias, os relatos de atrasos são frequentes e as reclamações quase diárias, como recentemente dava conta a comunicação social. Há encomendas despachadas dos arredores do Porto que só chegam ao destino mais de um mês depois.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, reunida em sessão ordinária a 29 de setembro de 2022, delibera:

- 1. Expressar a sua indignação pela contínua degradação do serviço de correios prestado pela empresa CTT, entregue a privados em 2013 e com concessão renovada até 2028;**



Assembleia da União de Freguesias
de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde

2. Reclamar dos órgãos do poder a adoção de medidas que garantam a adequada satisfação das necessidades das populações em matéria de serviços postais.
3. Dar conhecimento desta moção à Presidência da República, ao Governo e à Assembleia da República.

Pelo Bloco de Esquerda,

Rui Nóvoa